

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Minuta da Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/08/2017- 09h00min. Museu Gustavo Teixeira – São Pedro/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI	Ricardo Dias Pacheco (S)
ASSEMBLÉIA	Julio Cesar do Nascimento(S)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Denis Herisson daSilva (T)
CETESB	Maurício Magossi (T)
Cooperativas de Holambra	Fernando Rüter (T) Petrus Bartholomeus Well (S)
COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (S)
DAEE Piracicaba	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
Geoblue	Leandro da Silva (T)
P.M. de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (T)
P.M. de Campinas	Geraldo Ribeiro de Andrade Neto (T)
P.M. de Itatiba	José Carlos Maziero (T)
P.M. de Jaguariúna	Pâmela Bartulic Tieppo (S)
P.M. de Jarinu	José Lélío de Moura (T)
P.M. de Nova Odessa	André Luiz Xavier de Macedo Barreto (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
Rotary Club de São Pedro	José Fernando Campos Ricardo (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SANASA	Julio César do Nascimento (S)
SR de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (T) João Primo Baraldi (S)
SR de Jundiá	Luís Fernando Amaral Binda (T)
SR de Itu	Alexandra Mara Vetroni Martins (T)
SR de Limeira	Pedro Geraldo Zanarelli (S)
SR de Monte Mor	Luís Fernando Amaral Binda (S)
SR de Piracaia	Fernanda Ap. Gonçalves M. Santos (T)
SR de Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
SR de Salto	João Primo Baraldi (S)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)
UNICA	Flávia Moretto Paccola (S)

Convidados	
Entidade	Representante
Fundag / SSPCJ	Aline Maria Leite de Moraes

(T)- TITULAR (S)-SUPLENTE

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 21 de agosto de 2017. **2. Abertura da 120ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pelo Coordenador João Primo Baraldi, que agradeceu a presença de todos e em seguida concedeu a palavra para o Sr. José Fernando Campos Ricardo, que deu boas vindas a todos, desejou a todos uma ótima reunião e solicitou licença para coordenar um trabalho de plantio de mudas que está realizando. O Coordenador agradeceu a recepção e concedeu a palavra para Denis Silva, secretário da CT Rural, que justificou sua ausência e de sua suplente (Sra. Tatiana Marsola), na última reunião, por motivo de compromisso assumido na CATI e licença maternidade, respectivamente. Informou que a ata foi elaborada pelo Sr. João Baraldi, e que foi encaminhada por e-mail para todos os membros para apreciação. Não houve alterações e sugestões e a ata da reunião n.119 foi aprovada. A seguir o mesmo tratou das regras de exclusão de entidades por falta, sendo que no caso da CT Rural, segundo a Deliberação dos Comitês PCJ nº 115/11, em seu artigo 13, § 1º, serão excluídas das Câmaras Técnicas as entidades para as quais se registre três faltas consecutivas ou cinco alternadas independentemente de haver justificativa de ausência. Ao final sugeriu que cada entidade nomeie o número suficiente de suplentes para que não haja excesso de faltas. Concluindo, informou que o órgão e o documento oficial que controla a presença é a Agência das Bacias PCJ (secretaria) e a lista de presença devidamente assinada, respectivamente. Denis se comprometeu a enviar a todos os membros o trecho da Deliberação 115/11 que trata sobre o assunto. Nos informes gerais, João Baraldi falou sobre a participação ativa dos membros que representam a CT Rural na revisão do Plano Diretor Florestal e do Plano de Bacias. Também informou das discussões dos seus representantes atividades junto ao GT Mananciais na elaboração dos procedimentos de PSA. Sr. Fernando Rüter, indagou se os Comitês PCJ poderiam fazer o pagamento e que um aumento no valor da cobrança de recursos hídricos seria mais efetivo e menos impactante para a sociedade que, por exemplo, a cobrança adicional em contas de água municipais para pagar PSA. Denis convidou o Sr. Fernando para participar das reuniões do GT-Mananciais, pois esta em pauta um PSA inicial com recursos dos Comitês, desde que o município tenha instituído um fundo e uma legislação específica para PSA, para garantir a continuidade do programa,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Minuta da Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/08/2017- 09h00min. Museu Gustavo Teixeira – São Pedro/SP

além disso, o recurso atual dos Comites PCJ é escasso para garantir perenidade de PSA para toda a bacia. Com a palavra, o Sr. Geraldo Ribeiro de Andrade Neto exemplificou o caso de Campinas, onde há uma lei de PSA de 2015 e que foi regulamentado este ano na forma de decreto o PSA Água. Disse que serão 100 propriedades dentro de uma área de manancial, respeitando um Plano Municipal de Recursos Hídricos. Só poderá receber inteiramente o PSA se a propriedade estiver conforme o que estipulava a lei antiga (mais restritiva) ou receberá 50% se estiver em dia com a adequação em processo ou de acordo com a nova lei florestal. A seguir a palavra foi concedida ao palestrante Sr. Sebastião Vainer Bosquilia, representante do DAEE na CT Rural e Secretário Executivo Adjunto dos Comitês PCJ. Sebastião agradeceu o convite e iniciou a palestra que as mudanças tratam de quebras de paradigmas e mudanças de conceitos, visando o melhor atendimento do DAEE, com eficiência e simplificação, especialmente para os pedidos de outorga, ou dispensa de outorga de uso de recursos hídricos com destaque para os usuários rurais. Dentre as principais alterações, o usuário deverá informar somente como utilizará os recursos hídricos, guardando todos os estudos e projetos. Além disso, a responsabilidade do projeto e das obras é do usuário e seu responsável técnico e a avaliação será das interferências na disponibilidade hídrica e nos usos existentes. Informou ainda que o DAEE considerará as restrições ambientais dadas pelos órgãos ambientais, incluindo o enquadramento dos corpos hídricos e as questões decorrentes dos aspectos de potabilidade serão advindos da vigilância sanitária. Sebastião falou do advento da outorga eletrônica, onde não mais serão pedidos documentos sobre posse de áreas, projetos de obras civis e estruturas hidráulicas, dados de responsável técnico com suas ARTs, análises de água de poços. Mas nos requerimentos, o usuário declara possuir e compromete-se a guardar (para quando requerido) diversos documentos que hoje são solicitados. Terminada a palestra de Sebastião Vainer Bosquilia, João Baraldi agradeceu o apoio constante que o Sebastião tem com a CT Rural, mantendo os membros informados sobre a legislação pertinente ao DAEE para que venham a replicar junto aos produtores rurais. A seguir o Coordenador informou que no dia 23 de agosto, se reuniu em Rio Claro com o secretário Denis Silva para elaboração do Plano de Trabalho, com seus respectivos PDCs (Planos de Duração Continuado)

para a gestão 2017-2019. São elas: SANEAMENTO RURAL: Objetivo de Propor soluções em saneamento visando à preservação da qualidade dos recursos hídricos. CONSERVAÇÃO DE SOLO: Objetivo de divulgar práticas de Conservação de Solo e Água no Meio Rural. IRRIGAÇÃO NO MEIO RURAL: Objetivo de Assistência técnica no controle de perdas de água, otimização de uso de água (irrigação), captação e reservação de água pluvial; OUTORGAS E REGULARIZAÇÃO DE BARRAMENTOS: Objetivo de Acompanhar as novas regulamentações de outorga – DAEE; REVISÃO DO PLANO DIRETOR FLORESTAL: Objetivo de Acompanhar do processo da revisão do plano diretor florestal; PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: Objetivo de Acompanhar a Política de Recuperação e Conservação e Preservação dos Mananciais no âmbito dos Comitês PCJ; REVISÃO DO PLANO DAS BACIAS: objetivo de acompanhar a revisão do plano das bacias 2010 a 2020. Informou que a este plano pode-se acrescentar mais metas e indicadores a critério da câmara. Também foi reestruturada a organização dos grupos de trabalhos, pois havia muitos grupos que geravam muitas reuniões e isto poderia atrapalhar a rotina de trabalho das instituições envolvidas, além de haver um número elevado de faltas. Devido ao número de assuntos que vem sendo tratados, sugeriu-se a divisão em apenas dois grupos: 1) GT-NORMAS E GERENCIAMENTO: Grupo interno da CT Rural com objetivo de tratar assuntos referentes às ferramentas de gestão de recursos hídricos e meio ambiente [exemplo: proposta de normas correlatas, outorga, cobrança, sistemas de informação, enquadramento (qualidade de água) etc.] no contexto do ambiente rural. Tratam de assuntos jurídicos, normas, políticas, análises de projetos, procedimentos operacionais. Dentre os membros presentes, manifestaram adesão ao grupo: **Maurício Magossi, Pedro Geraldo Zanarelli, Luís Fernando Amaral Binda, Marcos Roberto Albertini, Geraldo Ribeiro de Andrade Neto, João Primo Baraldi.** 2) GT-BOAS PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS: Grupo interno da CT Rural com objetivo de promover práticas que devem ser difundidas na sociedade com o objetivo de promover a quantidade e qualidade da água no ambiente rural (exemplo: melhoria de irrigação, saneamento rural, práticas de conservação de solo, recomposição florestal, educação ambiental com reconhecimento da produção agrícola). Trata de assuntos técnicos com aplicação de tecnologia. Dentre os membros presentes, manifestaram adesão ao grupo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
Minuta da Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 25/08/2017- 09h00min.
Museu Gustavo Teixeira – São Pedro/SP

Gilda Carneiro Ferreira, Miguel Madalena Milinski, José Carlos Maziero, Petrus Weel, Pedro Geraldo Zanarelli, Denis Herisson da Silva, João Primo Baraldi e Isabella Clerici De Maria. Ficou deliberado que os demais membros que queiram participar de um ou ambos os grupos deve manifestar interesse por e-mail denis.silva@cati.sp.gov.br com cópia para joao-baraldi@hotmail.com. O Coordenador, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 12:00 e eu, Denis Herisson da Silva, secretário, digitei a presente ata que será enviada por e-mail a todos os membros para leitura, correções, para apreciação na próxima reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-RURAL

Nilton Piccin
Coordenador-adjunto da CT-RURAL

Denis Herisson da Silva
Secretário